



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião - ATA

Propósito

Assunto da Reunião:	Reunião de controle mensal do Comitê do Local E-Gestão - Sétima Região.
Data da Reunião:	03/07/15
Local da Reunião:	Escola Judicial

Participantes

Nome	Entidade/Unidade	Função
Francisco Jonathan Rebouças Maia	Secretaria de Tecnologia da Informação	Membro do comitê.
José Mário Viana Barbosa Júnior	Secretaria de Tecnologia da Informação	Membro do comitê.
Francisco Otávio Costa	16ª VT de Fortaleza	Membro do comitê.
Antônio Thirso Ribeiro Gonçalves Medeiros	08ª VT de Fortaleza	Membro do comitê.
Ana Valéria Santos Cavalcante	Setor de Estatística	Membro do comitê.
Luisa Elizabeth Timbo C. Furtado	Secretaria Judiciária	Membro do comitê.
Antônio Carlos dos Santos	Presidência	Membro do comitê.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião - ATA

1) Precatórios advindos do PJE

Foi levantada a necessidade de alterar as consultas dos indicadores de precatório do E-Gestão físico de forma a contemplar os precatórios autuados no Sistema de Precatórios advindos do PJE.

Até o presente momento, apenas precatórios advindos do SPT1 eram cadastrados no Sistema de Precatórios e as consultas do E-Gestão já refletiam tal realidade. A partir do surgimento de precatórios advindos de processos eletrônicos, houve a necessidade de autuá-los no sistema de precatórios.

Os servidores Otávio e Antônio Carlos submeteram as matérias à Comissão de Informática para priorização. A Comissão priorizou as mudanças elencadas, que foram repassadas à Tecnologia da Informação.

O servidor Mário Júnior iniciou as implementações no sistema de precatórios para autuação dos precatórios advindos do PJE e refez as consultas do E-Gestão. Além disso, o servidor refez as cargas de todas remessas do ano de 2015 de maneira a contabilizar os itens de precatório do PJE. As remessas em questão serão liberadas até o dia 13/07/2015.

O servidor Mário Júnior levantou a seguinte dúvida técnica: como os indicadores do precatórios são físicos e o indicador de precatórios irá referenciar processos do PJE, é necessário verificar como o visualizador nacional do E-Gestão irá comportar-se.

Quanto às RPVs Federais, ainda não houve tempo hábil para alterar o sistema de RPVs para autuar RPVs advindas do PJE e as consultas do E-Gestão para contemplá-las. O trabalho em questão será o próximo a ser implementado pela Divisão de Desenvolvimento, até uma possível repriorização da Comissão de Informática.

2) Reabertura dos prazos para envio das cargas de 2013 e 2014

Na reunião do dia 01/06/2015 foi levantada a possibilidade de reenviar os dados do ano de 2014 na versão 1.64, entretanto, tendo em vista a possibilidade de reprovar remessas já aprovadas do ano de 2014, a Comissão deliberou por não reenviar os dados do ano de 2014.

Como não houve relato de inconsistências recorrentes e consideráveis nos anos de 2013 e 2014, a Comissão deliberou pelo não reenvio das remessas em questão.

3) Erros de validação no mês de maio de 2015

Na remessa de maio de 2015 duas regras de validação da primeira instância foram violadas. No dia 03/07/2015, o servidor Jonathan Maia verificou a causa das regras violadas, que deveu-se ao erro que ocorreu no programa de carga dos processos físicos no dia 15/06/2015.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião - ATA

Os indicadores problemáticos foram recarregados e a remessa com os dados corrigidos estará disponível ao TST até o dia 13/07/2015.

Dr. Francisco Fortuna irá responder ao ofício recebido da CGJT (Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho) informando das correções em questão.

4) Dados dos postos avançados devem ser carregados junto aos dados da vara

Em virtude da determinação contida no Provimento CGJT N° 02, de 5 de junho de 2015, as remessas para o e-Gestão não mais poderão ser enviadas por Posto Avançado. Assim, o código de órgão estatística a ser utilizado para as remessas, no caso do 1º Grau, deverá ser obrigatoriamente de uma Vara do Trabalho.

Para atendimento ao previsto no inciso I, Art. 1º do citado Provimento, o código do Posto Avançado a que o processo está vinculado deverá ser informado na coluna NUM_POSTO_AVANÇADO da tabela EGT_INFO_PROCESSO.

O servidor Jonathan Maia irá iniciar as implementações necessárias nos programas de carga para contemplar a mudança em questão.

Como a mudança será válida a partir do mês agosto de 2015, o servidor Jonathan Maia levantou que a partir da mudança nos programas de carga não será possível reenviar os dados do meses de janeiro a junho de 2015. Como as remessas dos meses em questão estarão totalmente aprovadas e os processos de precatórios e RPVs advindos do PJE já estarão incluídos no E-Gestão, o reenvio, provavelmente, será desnecessário.

5) Novos itens do Justiça em Números (alteração da resolução CNJ 76/2009)

A servidora Ana Valéria apresentou os novos itens do Justiça em Números, a serem coletados no ano de 2016 referentes ao ano de 2015. A servidora elencou os itens que não estão disponíveis no E-Gestão e apresentou aos membros da Comissão.

A Secretaria de Gestão Estratégica enviará ofício à Presidência deste Regional dando ciência da inclusão dos novos itens. Após o que, o comitê Regional enviará ofício ao Comitê Nacional solicitando a inclusão dos novos indicadores nos relatórios do sistema E-Gestão.

Presidente do Comitê: Dr. Francisco Antônio da Silva Fortuna
Responsável pela ata: Francisco Jonathan Rebouças Maia